

Política

CRISE

ULYSSES: PARLAMENTARISMO EM 91.

Ele só seria implantado com a eleição do novo Congresso. Até lá, presidencialismo.

O presidente da República, se eleito em 1988 e empossado em 1989, governaria nos dois primeiros anos como chefe de Estado e do governo, isto é, no sistema presidencialista mitigado ou congressional; mas nos dois últimos anos de mandato, já com o novo Congresso, seria adotado o parlamentarismo integral, com o presidente respondendo pela chefia do Estado e o primeiro-ministro, referendado pelo Congresso, chefiando o governo. Essa é a nova proposta em exame pelas lideranças partidárias, com o patrocínio de Ulysses Guimarães e as articulações a cargo do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro.

Ulysses a apresentou aos governadores do PMDB com quem conversou nos últimos dias, entre eles o da Bahia, Waldir Pires, e Newton Cardoso, de Minas Gerais. Ibsen já conversou sobre o assunto com os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, mas não obteve "sinal verde" dos dois.

Fernando Henrique, por exemplo, foi taxativo. Além de considerar "muito difícil" um "emendão" unificando as propostas presidencialistas e parlamentaristas, disparou: "Isso é jogo do Planalto. O que se quer é criar um clima para que se vote em 'paz' os cinco anos de mandato para Sarney".

Aliás, parlamentares mineiros que conversaram com Newton Cardoso, segunda-feira, depois do encontro do governador com Ulysses, comentaram que, na realidade, o presidente da Constituinte está buscando "algum tipo de acordo que resulte no parlamentarismo mitigado e cinco anos a Sarney". Mas poucos líderes do PMDB estão acreditando nisso, porque, nesse caso, as eleições presidenciais só seriam realizadas em 89 e para Ulysses seria fundamental o pleito neste ano, "pois seria a sua última oportunidade de chegar à Presidência".

Já com a aprovação da nova proposta — e Ulysses ganhando a eleição este ano —, ele seria o presidente de fato, já que, até o início de 1991 o primeiro-ministro teria funções de ministro-coordenador, sem dividir o poder. E só com a nova legislatura Ulysses teria de abrir mão da chefia do governo para o primeiro-ministro. "Mesmo assim" — observou um de seus amigos — "valeria a pena subir a rampa em janeiro de 89 com a caneta na mão."

Outras tentativas

Em rápida reunião, à tarde, o grupo presidencialista não conseguiu consenso para mais duas propostas destinadas a atrair votos dos constituintes: a criação da figura de um primeiro-ministro, que seria o coordenador de todo o Ministério, e a possibilidade de moção de censura individual a ministros pela Câmara dos Deputados.

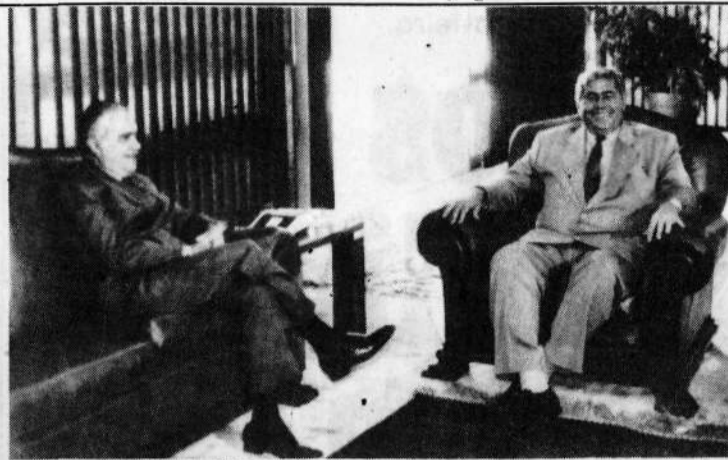
A reunião foi interrompida pela votação no plenário da Constituinte, mas foi marcada outra para hoje, a partir do meio-dia, quando poderão ser "amarradas" essas duas questões, constantes da emenda do deputado Manoel Moreira, que seria acoplada à emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, já engordada pelas do senador Edison Lobão e dos deputados Theodoro Mendes e Maurílio Ferreira Lima.

As resistências no grupo partem principalmente do PT e PDT, que não aceitam a figura do primeiro-ministro, mesmo que nada tenha a ver com as características do primeiro-ministro do sistema parlamentarista. Segundo a proposta, esse primeiro-ministro seria nomeado pelo presidente da República, podendo ser demitido *ad nutum* — ou seja, pela livre vontade do presidente — ou então 120 dias de depois de empossado, por requerimento de um terço da Câmara dos Deputados, requerimento que deveria ser aprovado pelo mínimo de dois terços dos deputados.

A outra dúvida é quanto à moção de censura, pois entre os presidencialistas há os que defendem que a censura pode também ser coletiva, isto é, uma moção de censura aprovada por dois terços e requerida por, no mínimo, um terço dos parlamentares poderia permitir a demissão de todo um Ministério. A tendência dominante no grupo presidencialista é, no entanto, favorável à moção de censura apenas individual, podendo ser aplicada inclusive aos ministros militares.



Os presidencialistas reunidos em Brasília



Sarney com Newton: cinco anos.

Não vai dar tempo

A votação do sistema de governo e do mandato presidencial, em termos permanentes, pode ser adiada para a próxima semana, segunda ou terça-feira. Isso por causa da decisão de Ulysses Guimarães de não realizar sessões de votação no sábado e domingo, para dar mais tempo às negociações. Mesmo que se confirme a previsão de Ulysses de que o título IV começa a ser votado amanhã, não haveria tempo para se votar mandato e sistema esta semana.



Moreira, Collor e Waldir na posse de Rafael, no Rio.

Mandato: Sarney perde mais um aliado.

O presidente Sarney acaba de perder mais um aliado à sua pretensão de permanecer cinco anos no poder: o governador Max Mauro, do Espírito Santo. "Não há mais como conter o clamor nacional pelas eleições diretas para presidente ainda este ano", constatou ontem o governador, em Vitória. A perda de um aliado, contudo, não significa que Sarney esteja derrotado, na opinião do governador de Minas, Newton Cardoso, que esteve com ele ontem e continua defendendo os cinco anos. E Cardoso acredita ter argumentos para isso: as 317 assinaturas à emenda Matheus Iensen — "e aqueles que assinaram não vão desonrar o compromisso".

Duração do mandato e sistema de governo acabaram sendo ontem o assunto de mais três governadores: Waldir Pires, da Bahia, Collor de Mello, de Alagoas, e Álvaro Dias, do Paraná, que se encontravam no Rio. Pires está convencido de que a tese do parlamentarismo vem ganhando força na Constituinte — idéia que ele chegou a transmitir ao próprio Ulysses Guimarães na última segunda-feira. Ulysses discorda. "Não vai dar parlamentarismo", aposta. E é justamente nisso que Collor de Mello acredita para lançar sua candidatura à sucessão de Sarney, se os quatro anos forem confirmados em plenário.

Pires foi ao Rio ontem para assistir à posse de Raphael de Almeida Magalhães na Secretaria de Cultura, onde encontrou Collor de Mello, que se deslocou de Maceió, na verdade, para proferir uma palestra na aula inaugural do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio. Álvaro Dias, também na cidade, era o convidado do almoço oferecido pela Associação Comercial do Rio. Em seu discurso, Dias defendeu o regime parlamentarista como forma de "eliminar o fisiologismo que persiste na política brasileira".

Dias é a favor de eleições gerais, mas depois de proclamada a Constituinte — o que ele acredita só ser possível em 1989. Na opinião dele, quem quiser o parlamentarismo já deve renunciar ao mandato. "Os constituintes não foram eleitos para isso, portanto, não podem pregar a redução do mandato do presidente", argumenta Álvaro Dias. "E, para não falarem que estou fazendo campanha, seria capaz, também, de abrir mão de meu mandato".

Simulada

Depois do almoço na Associação Comercial, os 250 empresários presentes participaram de uma eleição simulada, que acabou empatada: 46% concordam com Dias e só querem eleições para presidente em 1989; 46% preferem eleger o novo presidente este ano; e os restantes 8% confessam que nem pensam no assunto.

Entre os candidatos em potencial, Antônio Ermírio de Moraes apareceu como favorito entre os empresários cariocas: 38% dos votos. A seguir vieram o próprio Álvaro Dias empatado com o senador Mário Covas (8%), Collor de Mello (5%) e Ulysses empatado com Ozires Silva, presidente da Petrobrás, e com o presidente da UDR, Ronaldo Caiado (3%). Os outros 18% confessaram não ter candidato.

Mais que discutir a duração do mandato de Sarney, os governadores estão preocupados com o sistema de governo a vigorar depois de encerrados os trabalhos na Constituinte. Waldir Pires, por exemplo, não concorda com a implantação do parlamentarismo, apesar de defendê-lo, durante o mandato de Sarney. "Esse novo sistema não pode interromper a transição. É uma medida pós-transição", apregoa. Max Mauro, do Espírito Santo, discorda. "Se tivéssemos o parlamentarismo hoje, diante de toda essa situação, não haveria constrangimento em promover mudanças de governo, pois dentro desse regime tudo ocorre sem traumas."

Mas se o recuo de Max Mauro em relação aos cinco anos pode ter causado desapontamento a Sarney, no PMDB já era uma atitude esperada. Mauro vem sofrendo retaliações do Planalto desde que o senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES) e outros parlamentares a ele ligados decidiram votar pelos quatro anos na Comissão de Sistematização. "As torneiras estão fechadas", lamentava Mauro, na semana passada, quando voltou de mãos vazias de Brasília, onde foi pedir mais recursos para seu estado. A partir disso, alguns setores do PMDB deduziram que Mauro não demoraria a mudar de lado. E sua nova posição pelos quatro anos começou a aparecer ontem.